

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVI nº 1535 | 26/04/2021 a 09/05/2021

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

OFERTA X DEMANDA

TENSÃO NO MERCADO

Estoques baixos de grãos e consumo mundial aquecido criam uma equação perigosa, que coloca os produtores rurais em apreensão



Aos leitores

Nos últimos meses, a pandemia do novo coronavírus e o clima têm contribuído para mexer com o cenário mundial do agronegócio (assim como os demais setores da economia global). A alta do consumo e a quebra de produção em algumas regiões das principais potências agrícolas do planeta resultaram em uma redução severa dos estoques de soja e milho. E os impactos são sentidos dentro e fora da porteira, na mesa da população e nos cochos dos animais. Isso porque, na velha máxima do mercado, com a demanda em alta e a oferta em baixa, os preços disparam, encarecendo os alimentos (para humanos e animais) e o custo de vida/produção.

A volta do equilíbrio do mercado, com a recuperação dos estoques, deve ocorrer apenas a partir de outubro, como antecipa a matéria de capa desta edição do Boletim Informativo. Até lá, produtores e consumidores precisam conviver com o alto custo dos grãos.

A boa notícia nisso tudo é o risco zero de faltar milho e soja, mesmo com os estoques reduzidos a menos da metade em relação a anos anteriores. Isso porque a entrada da safra da América do Sul (leia-se Brasil e Argentina) vai garantir o abastecimento do mercado.

Diante do que tem se desenhado para os próximos meses, o jeito é o produtor se planejar, principalmente com as compras antecipadas. Somente assim vai garantir a matéria-prima necessária a preços, digamos, convidativos.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Nelson Natalino Paludo, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darcy Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1535:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

DESEQUILÍBRIO PERIGOSO

Demanda aquecida por grãos e estoques baixos tensionam mercado internacional, impulsionando preços das *commodities*

PÁG. 14

COBERTURA ESTADUAL

Paraná vai destinar R\$ 10 milhões para subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para diversas culturas

Pág. 3

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, fala sobre a licitação de rodovias do Paraná

Pág. 6

MUDANÇAS

Novo Código de Trânsito trouxe alterações que impactam a rotina de produtores e trabalhadores rurais

Pág. 8

APOSTA NO SOL

Produtor de Cianorte investe em 800 painéis fotovoltaicos, com auxílio da FAEP, para obter o licenciamento ambiental

Pág. 10

PROTEÇÃO CONTRA A PRAGA

Perdas nas lavouras provocadas pela cigarrinha do milho passam a ser cobertas pelo Proagro

Pág. 19

PR destina R\$ 10 mi para subvenção ao seguro rural



Produtor interessado precisa se candidatar ao uso do recurso no ato da contratação da ferramenta de gestão de risco

O governo estadual, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), destinou R\$ 10 milhões para a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) do Estado, por meio da Resolução 28, de 19 de março de 2021. Segundo o documento, as modalidades passíveis de subvenção ao longo de 2021 são seguros agrícola, pecuário, aquícola e florestais. Na agricultura, estão inclusas as culturas de abacaxi, algodão, alho, arroz, batata, café, cebola, cevada, feijão, tomate, ameixa, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, maçã, melancia, morango, nectarina, pera, pêssigo, tangerina, uva, floresta cultivada, milho segunda safra e trigo sequeiro.

“Há vários anos, o Paraná tem um volume de recursos para subvenção ao prêmio do seguro rural, além dos recursos federais, com o objetivo de aumentar o número de contratações, reduzindo o custo dos produtores e criando uma cultura de gestão de riscos. O programa nacional é um pouco mais abrangente, enquanto o estadual compreende culturas mais específicas, como as frutas”, destaca Jeffrey Albers, coordenador do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP.

A opção pelo programa estadual (e/ou federal) deve ser feita obrigatoriamente no momento da contratação do seguro. Em seguida, a seguradora vai avaliar a proposta para aprovação. Não há prazo determinado para a resposta.

“A maioria das seguradoras contrata o seguro e cobra do produtor só a parte do prêmio que lhe compete, cobrando dos governos os valores das subvenções. Se algo der errado e não sair a subvenção é que a seguradora cobra do produtor o valor correspondente”, explica Albers. “Mas também é possível cobrar o prêmio integral do produtor e, ao sair a subvenção, a seguradora devolver o valor”, acrescenta.

Para o exercício de 2021, o percentual máximo de valor do prêmio é de 20% ou R\$ 4,4 mil por cultura ou espécie animal, ou R\$ 8,8 mil por ano civil. “Se o prêmio original for R\$ 25 mil, considerando a subvenção de 20%, seriam R\$ 5 mil. Mas o limite é de R\$ 4,4 mil. Então, a subvenção será aproximadamente 17%. Para um prêmio de R\$ 20 mil, 20% são R\$ 4 mil, então o produtor consegue contratar uma subvenção integral de 20%”, exemplifica Albers.

Inspiração para as futuras lideranças rurais

Em transmissão ao vivo, representantes e especialistas debateram a importância da mobilização no agronegócio do Paraná



Transmissão reuniu líderes do agro paranaense e marcou retomada do Programa de Sustentabilidade Sindical em 2021

“Liderar significa dar a sua vida por uma causa”. A frase fez parte da apresentação do professor e especialista em agronegócio, José Luiz Tejon, durante a sua palestra na transmissão ao vivo, no dia 15 de abril, sobre o futuro da representatividade no agro. Tejon discorreu sobre a necessidade de formar líderes para que possam conduzir o setor diante dos desafios e, conseqüentemente, conquistas. “O grande líder tem que ter consciência da causa que ele representa”, ressaltou, na ocasião. Ao longo da *live*, os participantes abordaram o tema liderança por diferentes ângulos, trazendo as experiências pessoais.

A força advinda da união deste setor já foi responsável por conquistas importantes, como o reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação, que vai ocorrer no final de maio. Esse movimento começou há mais de 30 anos e exigiu a articulação e liderança para que o setor cumprisse as exigências sanitárias necessárias. Com a certificação internacional, os produtos paranaenses vão poder alcançar mercados que pagam mais pela proteína, trazendo benefícios para diversas cadeias produtivas.

Outra conquista recente foi a manutenção da Tarifa Rural Noturna, que prevê desconto de 60% na conta da energia elétrica consumida por estabelecimentos rurais no período noturno. “No final do ano passado, na discussão sobre o subsídio da energia elétrica, nós colocamos na mesa do governador

e de todos os deputados estaduais mais de 145 e-mails [de sindicatos rurais] reivindicando. Eles viram que o setor estava organizado”, lembrou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, que há décadas se dedica à representação dos produtores rurais do Paraná. “Uma condição para que exista uma Federação forte é que os sindicatos rurais também sejam fortes. Temos um papel muito importante nos municípios, precisamos ocupar esses espaços”, complementou.

Outras vitórias obtidas por meio da mobilização do setor foram lembradas pelo coordenador do Departamento Sindical do Sistema FAEP/SENAR-PR, João Lázaro Pires. “Às vezes o produtor não enxerga a importância da união da classe. Na batalha do Código Florestal, colocamos 35 mil produtores em Brasília para obter êxito. No Oeste do Paraná, onde falsos índios tentaram fazer a demarcação de terras, o Sindicato Rural de Terra Roxa fez um movimento forte para impedir a demarcação. Sozinho o produtor não consegue muita coisa, mas quando se junta vai muito mais longe”, afirmou.

Safra de líderes

O apontamento da união no campo foi trazido também pelas novas lideranças presentes no evento *online*. O dirigente do Sindicato Rural de Cianorte, Diener Gonçalves, contou como foi feito o trabalho para organizar a classe produtora de

*“Temos que ter rumo,
trabalhar a próxima
geração de lideranças”*

**Ágide Meneguette,
presidente da FAEP**

aves na sua região. No ano passado, por meio de uma série de ações coordenadas entre os produtores integrados, como uma carreata e a paralisação de alojamentos, os avicultores do município conseguiram melhorar a remuneração do quilo do frango paga pela integradora.

“Entramos com contato corpo-a-corpo com os produtores para unificar essa cadeia avícola. Em um ano e meio, a comissão se organizou, um trabalho de formiguinha. Às vezes, a pessoa não acreditava no sistema sindical, então fomos trabalhando a troca de crenças, montamos um estudo demonstrando para os produtores todo planejamento, qual o passo seguinte”, afirma Gonçalves, referindo-se à Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), espaço em que produtores e agroindústrias têm o mesmo peso nas negociações. A capacitação para que os produtores integrados participem destas comissões é outra preocupação do Sistema FAEP/SENAR-PR, que possui diversos cursos voltados à negociação nesses ambientes.

Mulheres líderes

Há 25 anos atuando no sistema sindical, a atuação da presidente do Sindicato Rural de Teixeira Soares, Lisiane Rocha Czech, é “fruto do investimento que a FAEP fez nos cursos e treinamentos em liderança”. Não é de hoje que o Sistema FAEP/SENAR-PR trabalha a formação de novos líderes no campo.

No início de 2021, Lisiane e a FAEP encamparam a criação da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP, uma iniciativa inédita que visa trabalhar ações voltadas ao protagonismo feminino no campo. Um dos caminhos para iniciar essa jornada foi justamente a capacitação de mais mulheres líderes no campo. “Estamos trabalhando um programa que vai desenvolver melhor e dar capacidade de liderança às mulheres”, adiantou. “Muitas vezes, as mulheres não ocupam os seus espaços, pois acreditam que não estão preparadas”, relatou.

A vivência da presidente do Sindicato de Teixeira Soares vai ao encontro do ensinamento do palestrante Tejon: “Os líderes não nascem feitos, é preciso lapidá-los”.



Formação de líderes a todo vapor

Para capacitar os futuros líderes do meio rural do Paraná, o Sistema FAEP/SENAR-PR está com inscrições abertas para o curso “Liderança Rural”, nas modalidades presencial e *online*. Com duração de 24 horas, a formação trabalha representatividade sindical, empreendedorismo, liderança, comunicação, entre outros. Os interessados podem fazer a inscrição no site www.sistemafaep.org.br no banner Liderança Rural.

Outra iniciativa anunciada neste sentido é o *workshop* “Agro Pro – Produtor Protagonista”, que faz parte da segunda etapa do Programa de Sustentabilidade Sindical (PSS) da FAEP e tem como objetivo despertar a liderança e trabalhar a representatividade rural. Suas atividades começaram em 2019, mas tiveram que ser interrompidas em 2020 por conta da pandemia do novo coronavírus. A recomendação da FAEP é que os sindicatos organizem as turmas conforme permitirem os decretos municipais.



**CONFIRA A LIVE
NA ÍNTEGRA**

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



“No projeto envolvendo as rodovias do Paraná não existe taxa de outorga”

Em entrevista exclusiva, o ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas garante que o trabalho é para entregar o melhor à população e aos setores produtivos do Estado

Com o vencimento das concessões das estradas paranaenses este ano, em novembro entra em curso um novo processo licitatório, encampado pelo governo federal, para definir a qualidade das estradas paranaenses e o valor das tarifas de pedágio pelas próximas três décadas. Esse momento exige atenção por parte dos diversos setores da economia, principalmente da agropecuária paranaense, que depende da malha rodoviária estadual para escoar a imensa maioria dos seus produtos. O valor da tarifa e a quantidade das obras de melhorias têm impacto direto no custo de produção e, consequentemente, na competitividade do agro.

Nos últimos meses, diversas entidades ligadas ao agronegócio vêm se mobilizando por um modelo de pedágio “justo e equilibrado”, que leve em conta o menor preço da tarifa e a realização de um maior número de obras no curto prazo. Inclusive, o setor produtivo paranaense se articulou para produzir um documento conjunto entregue ao Ministério da Infraestrutura, pedindo transparência e preço justo no processo.

Para conhecer mais efetivamente a visão do governo federal sobre este processo e saber o que esperar do novo leilão de concessões, o Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR entrevistou, com exclusividade, o ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas.



BI: Este ano serão renovadas as concessões das estradas paranaenses. Como garantir uma tarifa de pedágio justa?

Tarcísio Freitas: Primeiro, vale deixar claro que não é uma “renovação”. Está terminando um projeto que havia sido feito pelo governo estadual e, agora, de uma maneira totalmente diferente, moderna, baseado no que há de melhor em concessões ao redor do mundo, o governo federal está concebendo um projeto para transformar a logística do Estado do Paraná. O governo federal

sabe e reconhece essa chaga dos paranaenses com os atuais contratos por conta dos altos valores e pouquíssimas obras de melhorias sendo, de fato, entregues. Justamente, por isso, desde que esse novo projeto começou a ser concebido, foram colocados sobre a mesa as necessidades do Estado do Paraná com uma tarifa justa. Um preço para viabilizar essa transformação na logística do Estado, deixando o Paraná com uma infraestrutura rodoviária muito próxima do que é São Paulo. Serão R\$ 42 bilhões de investimentos, com mais de 1,7 mil quilômetros de dupli-

cações, construção de contornos urbanos, vias marginais, faixas adicionais e terceiras faixas, ciclovias, passarelas, área de escape para caminhões – o que reforça a segurança –, e pontos de parada e descanso para os caminhoneiros.

Quais as estratégias para garantir transparência no processo, antes, durante e depois da licitação e ao longo dos 30 anos de concessão?

Transparência é obrigação do governo federal. Tudo o que vem sendo feito até aqui é um trabalho em conjunto do Ministério da Infraestrutura, Banco Mundial, Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e, inclusive, governo do Paraná. Todos os estudos realizados que compõem o projeto estão disponíveis a quem quiser no site da ANTT. Além disso, tivemos a contribuição da sociedade com sugestões na fase de Audiências Públicas. Foram cerca de 5 mil contribuições, com todas elas sendo respondidas ponto a ponto. É feito um relatório com as sugestões que são anexadas ao projeto e tudo será ainda auditado pelo Tribunal de Contas da União. Só depois disso, o projeto caminha para publicação de edital e, enfim, o leilão. E após o leilão, a ANTT acompanha e fiscaliza tudo o que é colocado no contrato. Tudo sempre de forma clara para a sociedade.

Por que o governo federal é a favor da taxa de outorga, mesmo as entidades que representam os setores produtivos do Paraná sendo contrárias?

O governo federal não é a favor da taxa de outorga. O governo é a favor de um contrato justo, sustentável, seguro e que garanta a execução das obras. E no projeto envolvendo as rodovias do Paraná não existe “taxa de outorga”, que isso fique bem claro, até porque tem causado muita confusão entre a população. O que está sendo exigido, em um possível empate, caso duas empresas ofereçam valores iguais para as tarifas de cada lote, é o aporte de uma ga-

rantia, paga à vista, que ficará em uma conta administrada pela ANTT e com total transparência de informações ao usuário. Um valor que ficará totalmente no próprio contrato de concessão – e não com o governo federal. De cinco em cinco anos, audiências públicas podem definir a aplicação desse valor em novas obras que não estavam contempladas no projeto inicial ou, até, em uma redução tarifária.

Nas concessões atuais, muitas obras previstas em contrato não saíram do papel. Como o governo federal pretende fiscalizar esse processo para que as obras previstas nos futuros contratos realmente sejam realizadas?

O processo de fiscalização é realizado pela ANTT, com todo o cronograma de obras que estará em contrato para cada concessionário, redução de tarifas e a aplicação de multas, de acordo com as regras definidas.

Serão previstas punições para as empresas que eventualmente não realizarem as obras nos prazos previstos em contrato?

As inadimplências contratuais são avaliadas periodicamente pela ANTT e, caso sejam confirmadas, são aplicadas multas automaticamente. Além disso, obras não executadas refletem em redução de tarifas nas revisões ordinárias, que ocorrem anualmente na data de aniversário do contrato.

Ao longo dos primeiros meses de 2021, foram realizadas audiências públicas em diversas regiões do Paraná, que reuniram um total de 3 mil sugestões. Alguma delas será adotada para elaborar o processo de concessão? Caso sim, quais?

Todas as contribuições ainda estão sendo analisadas pelas equipes técnicas do ministério, da EPL e da ANTT.

Um processo minucioso e que leva tempo. Para qualquer sugestão feita, os técnicos precisam ver de que forma aquilo pode impactar o projeto. Por exemplo, mudança do local de uma praça de pedágio: o que aquilo vai acarretar? A arrecadação prevista naquele trecho se manterá sustentável para a realização das obras previstas ali? Tudo isso é levado em conta. E como foi dito, tudo é respondido ao contribuinte e também informado ao Tribunal de Contas da União no momento da auditoria do projeto.

Também o setor produtivo do Paraná (G7) encaminhou diversas sugestões para a nova concessão de rodovias no Estado. O senhor acredita que algumas destas propostas podem ser adotadas neste processo?

Algumas das sugestões já estão contempladas no projeto do governo federal e outras também já foram acatadas. Acredito que precisamos apenas de alguns ajustes finos para chegarmos a um denominador comum ao projeto. E por isso as equipes do governo federal estão trabalhando: para entregar o melhor à população do Paraná, tanto ao usuário comum das rodovias e caminhoneiros, como para o empresário da indústria e do agronegócio.

A previsão é que o leilão das novas concessões ocorra até o final do ano. Pelo andamento do processo, o senhor acredita que será possível cumprir esse prazo?

As equipes estão trabalhando para isso. O Paraná é um Estado de extrema importância para o agronegócio do país, com um PIB maior do que o do Uruguai, e necessita urgentemente dessas melhorias nas rodovias para acompanhar o crescimento econômico do Brasil. A realização dessa concessão é de extrema importância para o incremento dessa logística, atendendo a expectativa da população e curando de vez essa chaga.

Novas regras de trânsito têm impacto no campo



Algumas mudanças alteram a rotina dos produtores e trabalhadores rurais. Condutores devem se atentar a regras específicas para evitar multas e penalidades

Por Bruna Fioroni

O novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estabelecido por meio da Lei 14.071/20, entrou em vigor no dia 12 de abril. O pacote traz diversas alterações nas regras para os motoristas de todo o país. O objetivo do novo CTB é simplificar o processo e desburocratizar o sistema, reduzindo custos e aumentando o investimento em medidas educativas. Dentre os principais itens que sofreram mudanças estão a extensão da validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e novos limites de pontuação para a suspensão do documento.

Diante desta nova legislação, produtores e trabalhadores rurais devem ficar de olho às novas regras para não perderem prazos e acabarem sujeitos a multas e penalidades. “Quem tem a habilitação em cursos especializados, por exemplo, precisa se atentar à validade do exame toxicológico, cujas implicações variam”, destaca Marcia Gottardello, técnica do Departamento de Planejamento e Controle (DEPC) do SENAR-PR.

O exame toxicológico permanece obrigatório para todos os condutores com CNH de categorias C, D ou E, seja na obtenção ou renovação do documento a cada dois anos e meio,

independentemente de exercerem ou não atividade remunerada. A realização de exame periódico é exigida desde 2015. No entanto, a nova legislação criou duas infrações de trânsito relacionadas à não realização do exame – uma para a condução e outra para a renovação (veja detalhes no quadro).

Além disso, com a nova lei, deixa de constar os cursos especializados no campo de observações da CNH. Dessa forma, o porte de documentos comprobatórios de cursos especializados passou a ser obrigatório para os condutores. “Produtores e trabalhadores rurais devem ter os certificados sempre em mãos como comprovante de habilitação e validade do curso”, alerta Marcia.

Uma novidade é a previsão legal de benefícios para bons condutores. A nova lei cria o Registro Nacional Positivo de Condutores, que ainda será regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O sistema vai cadastrar motoristas que não cometeram infração de trânsito nos últimos 12 meses. O governo federal, estados e municípios poderão dar benefícios fiscais e/ou tarifários a esses condutores.

Confira as principais alterações:



SENAR-PR disponibiliza oito cursos em parceria com o Detran-PR

O SENAR-PR é pioneiro em oferecer capacitações especializadas em relação às políticas de trânsito, por meio de credenciamento junto ao Departamento de Trânsito (Detran). Por isso, no catálogo de cursos do SENAR-PR há uma categoria específica, que reúne os títulos destinados à formação e atualização de condutores de veículos. O credenciamento foi firmado em 2013, diante da crescente procura dos cursos de condutores especializados oferecidos pelo SENAR-PR na época, por meio de parceria com o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT).

“O SENAR-PR se preocupa em atender essa grande demanda dos trabalhadores e produtores rurais que precisam transportar defensivos agrícolas e outros produtos para as suas propriedades e desejam se enquadrar na legislação vigente”, afirma a técnica Marcia Gottardello, do DEPC do SENAR-PR.

Conforme a demanda, para atender as exigências do Detran, o SENAR-PR instala uma sala de Centro de Formação de Condutores (CFC), atendendo itens como espaço necessário, equipamentos e material didático, e composta por um diretor geral e direto de ensino e instrutores com formação específica. Posteriormente, encaminha a solicitação para autorização da sala à realização dos cursos em cada município.

Todas as capacitações ministradas pelo SENAR-PR atendem às resoluções 358/10 e 415/12 do Contran e contemplam os requisitos exigidos pelo Detran-PR. Os cursos de formação possuem carga-horária de 50 horas, enquanto os de reciclagem, são de 16 horas. Os pré-requisitos para participação são alfabetização, ter mais de 18 anos e, preferencialmente, boas condições física e de saúde.

Os cursos de condução são ofertados na modalidade de habilitação, cuja validade segue a legislação do Detran. A reciclagem é obrigatória aos condutores que têm interesse em manter a habilitação após expirar a validade da formação inicial e para se manterem atualizados quanto à legislação.

Os interessados podem se inscrever na seção Cursos do site www.sistemafaep.org.br.



ATUAÇÃO



Produtor de Cianorte investe em painel solar para reduzir a conta de luz

Com auxílio do sindicato rural e da FAEP, licenças ambientais para a instalação foram viabilizadas em 10 dias

O produtor José Dalarme, de Cianorte, na região Norte do Estado, é um entusiasta da energia solar. Com mais de 2 mil painéis fotovoltaicos instalados em propriedades no Paraná e no Mato Grosso, ele utiliza a energia para aquecer e ventilar seus aviários, iluminar a propriedade, retirar água de poços, entre outras finalidades.

Recentemente, Dalarme decidiu instalar um conjunto de placas solares para alimentar uma indústria de beneficiamen-

to de arroz, da qual é sócio, que consome entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil mensais em energia elétrica. A expectativa é uma economia de 80% desse valor. “Já estava tudo pronto. Ai quando fomos ligar na rede [de energia elétrica], a Copel pediu alguns documentos”, afirma. A documentação, no caso, envolvia as licenças ambientais necessárias para instalação de painéis solares no solo.

“Quando a instalação é no solo e vai exigir movimentação de terra, esse impac-

to ambiental precisa ser dimensionado. Quando é sobre alguma estrutura [o telhado de um aviário ou de uma garagem], essa estrutura já foi licenciada para estar lá”, explica Carla Beck, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, que acompanha as questões referentes ao meio ambiente no Estado. “Mesmo assim [quando o painel solar é instalado no telhado], a Copel pode solicitar alguma documentação referente ao órgão ambiental”, completa.

No caso do produtor de Cianorte, a pequena usina solar, com 800 painéis fotovoltaicos, foi instalada no solo, em um campo de futebol suíço desativado ao lado da empresa. Ele já estava com todo equipamento montado quando se deparou com a necessidade do licenciamento ambiental. Com o investimento de cerca de R\$ 800 mil impedido de funcionar, a saída foi procurar o sindicato rural do município.

“O José já era associado e fazia o Cadastro Ambiental Rural [CAR] a emissão de Certificado de Cadastro do Imóvel Rural [CCIR] pelo sindicato. Essa assistência na obtenção do licenciamento é outro serviço que nós estamos oferecendo com a ajuda da FAEP e que vem sendo muito demandado. Tem muita gente buscando a energia solar”, afirma o presidente do Sindicato Rural de Cianorte, Diener Gonçalves de Santana, que também utiliza a energia solar na produção de aves. “Entre chegar com a minha demanda no sindicato até conseguir a documentação foi mais ou menos 10 dias”, afirma Dalarme.

O caso foi encaminhado pelo Sindicato Rural de Cianorte ao DTE do Sistema FAEP/SENAR-PR, para a assessoria necessária para que o produtor obtivesse a Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE) para instalação do empreendimento. “Uma das frentes de atuação da FAEP é auxiliar o produtor a obter os licenciamentos ambientais, bem como toda regularização ambiental da propriedade”, adianta Carla. “Com base no projeto técnico é que sabemos se o produtor necessita de uma DLAE, de um Licenciamento Ambiental Simplificado ou de um licenciamento trifásico. Isso varia conforme o porte do empreendimento”, complementa.

Há um ano, o próprio presidente do Sindicato Rural de Cianorte, Diener Gonçalves de Santana, obteve uma das primeiras DLAE concedidas no âmbito do Descomplica Rural com finalidade de instalação de painéis solares no Paraná. “O pessoal está buscando muito essa tecnologia. E o sindicato está preparado para oferecer mais esse serviço aos associados”, afirma.

Tanto no caso do dirigente quanto do associado de Cianorte, a exigência



Dalarme instalou os painéis solares em um antigo campo de futebol

em relação ao licenciamento ambiental se deu quando a instalação dos painéis foi feita no solo. Desse modo o ideal é que produtor tenha em mente essa exigência e procure o sindicato rural logo no início do projeto.

Demanda

De acordo com a técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR, a demanda por licenciamento ambiental para fontes alternativas de energia vem crescendo no Estado. “Tem ocorrido uma procura muito grande, principalmente na avicultura, que utiliza muita energia. Mas sempre é bom lembrar que sem o licenciamento

ambiental, que envolve toda regularização do empreendimento, o produtor não vai conseguir fazer a ligação na rede de energia”, alerta Carla.

A celeridade na emissão das licenças se deve ao programa Descomplica Rural, lançado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) no início do ano passado, com o objetivo de desburocratizar a emissão de licenças ambientais para empreendimentos rurais. De acordo com o governo do Estado, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 300% na emissão de licenças ambientais para geração de energia renovável.

O italiano que ilustrou o Brasil

Ângelo Agostini chegou ao Brasil com 16 anos para se tornar uma das maiores referências das revistas ilustradas do Século XIX, com obras que povoam o imaginário histórico do país até hoje

Um dos maiores divisores de água nas publicações impressas, em especial as revistas, ocorreu quando passou a ser possível imprimir imagens junto aos textos. No Brasil, isso ocorreu na segunda metade do século XIX, processo que revelou grandes mestres na arte de ilustrar. O italiano Ângelo Agostini, nascido em Vercelli, em 8 de abril de 1843, foi um dos pioneiros mais reconhecidos nesse sentido. É apontado por muitos historiadores, inclusive, como o autor da primeira história em quadrinhos feita em terras nacionais: "As aventuras de Nho-Quim, ou impressões de uma viagem à Côte", publicada em 1869.

Agostini chegou ao Brasil aos 16 anos, junto com a mãe, uma cantora lírica que trocou Paris, na França, para se estabelecer em São Paulo, em 1859.

Na época, a capital paulista ainda era uma cidade com uma imprensa de menor importância. Ainda assim, o ilustrador já começou a ganhar evidência com suas obras publicadas em jornais. Chegou até mesmo a fundar duas publicações. A primeira chamava "O Diabo Coxo" e durou cerca de um ano. Em seguida, abriu as portas do "Cabrião", que se manteve de pé por cerca de dois anos. Por criticar constantemente o clero e as elites aristocráticas, por diversas vezes o prédio desta publicação chegou a ser depredado.

Seu grande reconhecimento como artista veio quando se mudou para o Rio de Janeiro, em 1867. A capital do Brasil na época fervilhava, pois estava em curso a Guerra do Paraguai que terminaria três anos mais tarde. Os debates acalorados sobre a abolição da



El Rey, nosso Senhor
Os jornaes que diariamente
S.M. o effeito de um
Bemaventurado Senhor!

REVISTA ILUSTRADA

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
 Correspondência e reclamações devem ser dirigidas
 para o Sr. J. DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO.

PROVINCIAS
 ANNO 20\$000
 SEMESTRE 11\$000
 AVULSO 1\$000



...or e ano, dorme o sono da... indiferença
 ante trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em
 cretico.
 Para vós a reino do Céu e para o vosso povo... o do inferno!

escravatura também ocupavam todos os espaços da atmosfera da cidade. Agostini era um abolicionista e constantemente retratava **D. Pedro II** em caricaturas satíricas — muitas vezes colocando o Imperador em poses e circunstâncias desfavoráveis, para dizer o mínimo. Publicou sua obra em revistas como “Arlequim”, “A Vida Fluminense” e “O Mosquito”.

Mas o grande ápice da carreira de Agostini ocorreu quando fundou a **Revista Ilustrada**, em 1876. O material, na ocasião, bateu recorde absoluto de vendas em toda a América Latina. Uma das seções mais conhecidas foi batizada como “Cenas de Escravidão”. Joaquim Nabuco, um dos historiadores mais respeitados do Brasil, chamou essa editoria da revista de “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”. Agostini chegou a publicar, em uma das edições, ilustrações divididas em 14 quadros, em uma alusão ao Evangelho e às 14 estações da crucificação de Cristo.

Nem só de glórias, no entanto, viveu Agostini. No fim de sua vida, se entremeou em um escândalo por ter se envolvido com sua aluna, Abigail de Andrade, nascida em Vassouras, no Rio de Janeiro. Abigail era uma artista promissora, até mesmo premiada. Mas depois de ter tido uma filha com Agostini, em 1888, os três tiveram que se mudar para Paris, na tentativa de fugir da condenação da opinião pública sobre o romance. O casal teve ainda mais um filho, que morreu ainda bebê. Meses depois da morte do menino, Abigail também faleceu.

Agostini voltou com a filha mais velha, Angelina Agostini, para o Brasil e chegou ainda a fundar outra revista, a Dom Quixote (1895-1906). Também trabalhou para a Revista Tico Tico, O Malho, Gazeta de Notícias e outras publicações. Ele faleceu em 28 de janeiro de 1910. A filha, Angelina, se tornou pintora, escultora e uma desenhista bastante reconhecida no país e também internacionalmente. Ela chegou a expor na Academia Real Inglesa, em Londres, e na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Paris. A artista faleceu em 1973.

Cabo de guerra do mercado de grãos

Relação estreita entre oferta e demanda globais tensiona o mercado, sustentando altos preços das *commodities* e aumento dos custos para o setor de proteína animal

Por Bruna Fioroni

Os altos preços dos grãos, principalmente soja e milho, no mercado internacional refletem a relação – já um tanto estreita – entre oferta e demanda no Brasil e no mundo. Com os estoques globais dessas *commodities* em baixa por conta da queda na produção e produtividade das lavouras em função de adversidades climáticas e do aumento do consumo mundial, o setor tem convivido com uma certa tensão. Essa linha tênue entre oferta e demanda, que não deve mudar no curto prazo, impacta nos custos de produção das proteínas animais e na sustentação das cotações no cenário global.

Neste contexto, os Estados Unidos ocupam um papel primordial, visto que o baixo volume dos estoques de soja no país vem causando maior tensão no mercado e explica as altas significativas na Bolsa de Chicago. Dados do boletim do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), divulgado em abril, apontam que os estoques norte-americanos estão em 3,3 milhões de toneladas – redução de mais de 80%, se comparado aos 17 milhões de toneladas de agosto do ano passado.

Do outro lado está a China que, em 2020, concentrou o apetite pela soja norte-americana – mesmo porque o Brasil praticamente não tinha mais o grão disponível no segundo semestre do ano. Desde o surto de Peste Suína Africana (PSA), o país asiático precisou fazer robustos investimentos na reconstrução do seu rebanho, o que levou a uma dinâmica

de compra mais agressiva nos mercados de soja e de milho.

O interesse chinês pela importação do cereal, no entanto, é um fator inédito. Até então, o país não possuía um histórico de compras de milho em grandes volumes – somente neste ano, foram negociadas quase 30 milhões de toneladas, sendo a maior parte proveniente dos EUA. Isso também derrubou os estoques norte-americanos do cereal para 34,3 milhões de toneladas – em agosto de 2020, eram 70 milhões.

“A relação entre estoque final e consumo mundial é a mais baixa das últimas sete safras para o milho e para a soja. Diante disso, os preços destas *commodities* permanecem como um importante fator de suporte para este ano. Vale ressaltar que 69% do estoque mundial de milho e 34% de soja estão na China”, afirma a técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, Ana Paula Kowalski.

“A relação entre estoque e consumo é a mais baixa das últimas safras”

Ana Paula Kowalski,
técnica do DTE da FAEP





Planejamento e tecnologia são aliadas na hora de produzir

A oferta apertada de grãos é um fator que gera preocupação para o setor. No entanto, especialistas garantem que as chances de escassez no mercado interno são quase nulas. Isso porque, além de ser um movimento sazonal, o Brasil, em destaque o Paraná, investe em tecnologia para modernizar os sistemas de produção e aumentar a produtividade.

“Temos grandes investimentos em agricultura 4.0, uma extensão rural e uma assistência técnica bem especializadas para garantir boa produtividade. Ainda, existem pesquisas sendo desenvolvidas com excelentes resultados”, elenca Salatiel Turra, chefe do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab).

Diante deste cenário influenciado por tantos agentes, a recomendação para o produtor rural, principalmente o autônomo, é o planejamento estratégico e a realização de compras antecipadas. “Aqueles que conseguem se programar com contrato futuros tendem a ter uma margem de lucro mais elevada e garantir uma rentabilidade”, destaca Turra.

Segundo o analista da StoneX João Pedro Lopes, o pecuarista que deixar as compras dos insumos para o início do confinamento vai pagar preços elevados, principalmente com o dólar em alta. “Isso pode impactar ainda mais nos custos da produção e, dependendo, até desestimular a criação de animais confinados em produção intensiva”, analisa.

Oleaginosa

A quebra da safra 2019/20 nos EUA foi um dos principais fatores que levaram à redução dos estoques da oleaginosa e que, diante do papel significativo dos norte-americanos, impactou na oferta mundial. “Tempestades em Iowa e em parte de Illinois em agosto do ano passado, com ventos de até 240 quilômetros por hora, trouxeram uma quebra quase inédita para a safra norte-americana, principalmente porque o milho e a soja já estavam praticamente prontos para a colheita”, relembra Paulo Molinari, analista da consultoria Safras&Mercado.

O resultado, em relação às projeções iniciais, foi uma produção menor em 10 milhões de toneladas de soja e em quase 20 milhões de toneladas de milho. Com isso, o estoque norte-americano da oleaginosa, que era de 15 milhões de toneladas, foi reduzido a um terço.

Segundo Ana Luiza Lodi, analista de inteligência de mercado da consultoria StoneX, enquanto a China investe para reconstruir seu rebanho suíno, outros países também ampliam as importações da oleaginosa, o que contribuiu para o aumento da procura pelo grão. A explicação pode estar na retomada da economia mundial após a crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus, com o avanço da vacinação em muitos países.

“A China acabou reforçando a produção de outras proteínas, principalmente quando o rebanho suíno estava mais curto. Além disso, vemos outros países elevando as importações de grãos, diante das perspectivas positivas de demandas por proteínas animais ao redor do mundo e o crescimento do setor de biocombustíveis”, aponta Ana Luiza.

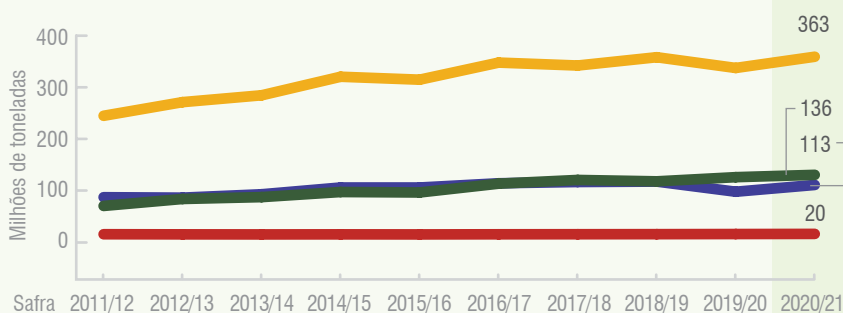
A chegada de uma nova safra da América do Sul deve ser suficiente para abastecer o mercado de soja até a entrada da próxima safra norte-americana, a partir de outubro de 2021. A estimativa de produção brasileira do grão na safra 2020/21 é recorde, de 136 milhões de toneladas – superior aos 129 milhões da temporada 2019/20.

“A chave do mercado internacional é essa safra norte-americana, mas depende do clima. Só que agora há uma tensão maior porque os estoques norte-

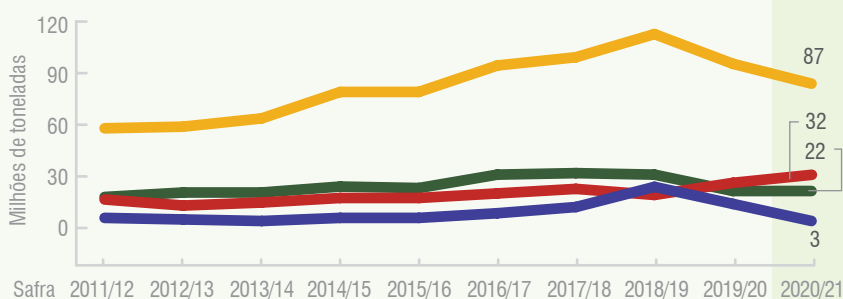
Soja e milho em números

Nas últimas 10 safras, mercado da oleaginosa apresenta baixos estoques globais, mesmo diante de produções cada vez maiores. No caso do cereal, menores relações tendem a manter a sustentação dos preços

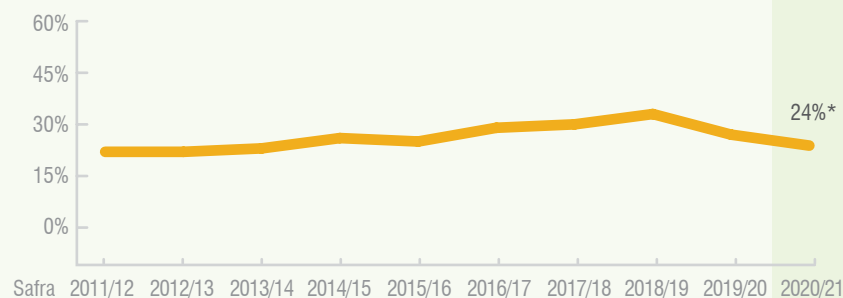
Produção



Estoque final



Relação estoque X consumo



* percentual representa parte da demanda que pode ser atendido com o estoque disponível

Legendas: Mundo (laranja), Brasil (verde), EUA (azul), China (vermelha)

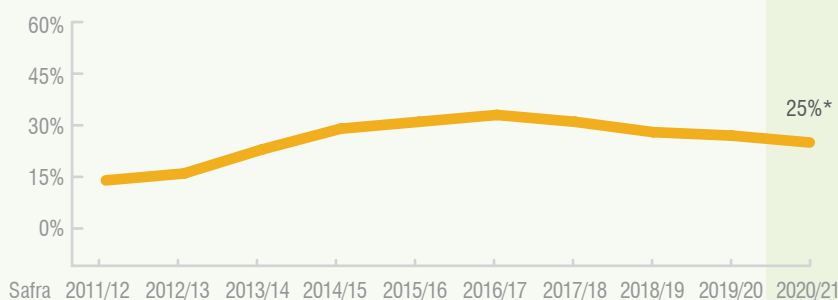
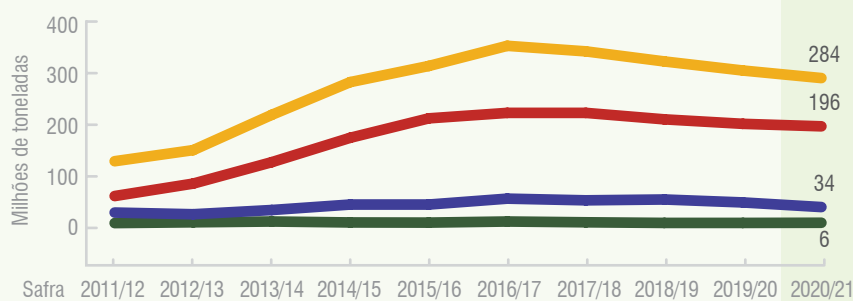
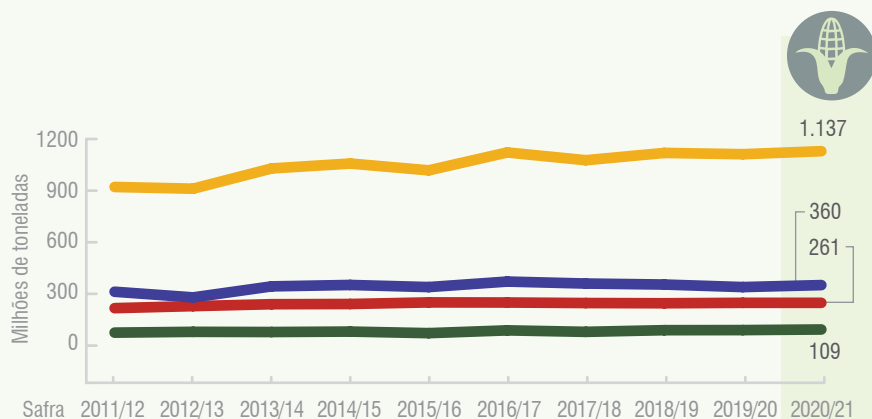
-americanos já estão muito baixos”, observa Molinari.

Do ponto de vista do mercado brasileiro, segundo o superintendente de inteligência e gestão da oferta da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Allan Silveira, a expectativa é de que produção nacional alivie a pressão sobre a

oferta doméstica. “Passamos por um estoque muito apertado, principalmente no final de 2020. Foi suficiente para o abastecimento do mercado interno, mas teve essa disparada de preços no cenário internacional. A perspectiva, até o fim deste ano, é de que os estoques estejam maiores em relação a 2020”, pontua.

245 mi

de toneladas é a previsão para a safra de soja e milho em 2020/21 no Brasil



Fonte: Usda | Elaboração: Sistema FAEP/SENAR-PR

Neste caso, o câmbio favorável associado às altas cotações de Chicago impulsionaram as vendas externas, deixando a oferta interna ainda mais reduzida. “Há um atrativo para vender para fora. Além disso, especificamente no Paraná, houve uma das piores secas no último ano, o que reduziu o número de pastagens e, conseqüentemente, aumentou o consumo de ração”, explica Turra.

Segundo a Conab, os estoques brasileiros de milho se mantêm apertados até maio, mas a safrinha deve suprir a necessidade do mercado interno, com uma produção total das safras do cereal em 109 milhões de toneladas – 6,4% a mais que as 102 milhões da safra passada.

No cenário global, por outro lado, há uma disparada no consumo de milho, com a China adicionando uma demanda de 30 milhões de toneladas somente nos primeiros meses de 2021, reduzindo os estoques norte-americanos. Apesar das expectativas em torno da recuperação do rebanho chinês, há incertezas sobre a manutenção desta demanda até a entrada da nova safra chinesa em outubro.

“Devido à demanda da China, criou-se um ambiente de pressão em cima da safra norte-americana, porque não se sabe se o país vai continuar comprando milho nessa proporção. Mas, com os preços atuais, a tendência é que o agricultor norte-americano plante o máximo de milho que puder”, salienta Molinari, da Safras&Mercado.

Ainda, as políticas favoráveis do presidente dos EUA, Joe Biden, em relação aos biocombustíveis, são mais um indicativo do aumento da demanda norte-americana por grãos, principalmente milho. Segundo o Usda, as estimativas de uso do cereal da safra 2020/21 para a produção de etanol são de 126,37 milhões de toneladas.

Cereal

Apesar das boas expectativas para o Brasil em relação à colheita de soja, as adversidades climáticas podem interferir na oferta de milho. Em 2020, houve atrasos no plantio da oleaginosa em diversas regiões devido à

escassez de chuvas. Essa estiagem estreitou a janela de semeadura do milho safrinha e, conseqüentemente, deixou a cultura suscetível aos riscos climáticos. Ainda, a demanda interna robusta e o aumento das exportações ao longo de 2020 pressionaram os estoques brasileiros.



Incerteza nos grãos tira o sono dos pecuaristas

Os estoques apertados e os altos preços dos grãos, combinados à significativa perda de força do real frente ao dólar, impactam diretamente a cadeia de proteína animal brasileira. Se por um lado o aumento dos custos de produção e a redução da oferta interna de grãos preocupam os produtores, por outro, a demanda internacional pela carne brasileira fica aquecida.

“Quando internalizamos os preços em dólar no mercado brasileiro, o custo da ração fica bastante elevado. Então, há esse processo que faz com que os preços das carnes subam. Ainda, temos uma demanda elevada, fazendo a carne brasileira despontar como alternativa e a remuneração da exportação compensar mais”, analisa Ana Luiza Lodi, da StoneX.

Apesar do forte início da reconstituição do rebanho chinês em 2020, a preocupação com uma segunda onda de PSA causa incertezas no mercado. “O cenário de uma demanda forte tem contribuído para a sustentação dos preços altos, mas o papel da China é muito grande e a gente tem que acompanhar essa questão da doença. Qualquer alteração na China pode causar um impacto global”, alerta.

Em relação à carne bovina, o mercado está num movimento de alta desde 2019, em que a disponibilidade de animais para abate reduziu significativamente no Brasil. “O ano de 2020 foi bastante pautado por essa situação e 2021 deve ser igual. A oferta de gado é pequena, o que dá suporte aos preços. Por outro lado, a demanda por carne bovina caiu por causa do encarecimento substituída por proteínas mais baratas, como frango, porco e ovos”, salienta o analista João Pedro Lopes, da StoneX.

Para 2021, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) estima o crescimento de cerca de 5% da produção e do consumo de frangos e de ovos. Esse movimento é pautado, principalmente, pelos altos patamares do preço da carne vermelha e a diminuição do poder de compra do consumidor brasileiro.

Apesar das projeções da safra 2020/21 no Brasil serem positivas, principalmente de milho safrinha, aliviando a oferta apertada no mercado interno a partir do segundo semestre, o setor de carnes não descarta as preocupações em relação aos altos preços dos grãos.

Segundo o presidente da ABPA, Ricardo Santin, o câmbio elevado tem influenciado as decisões de retenção de especuladores, que impulsionam custos e inflação ao consumidor. Na avaliação da entidade, uma eventual desaceleração da produção de proteína animal pode impactar a demanda interna. “O custo dos grãos aumentou mais de 60% em relação ao ano passado, em algumas praças, essa alta é superior a 100%. Diversas indústrias de aves estão operando no limite da viabilidade econômica, e há relatos de diversas empresas que estão reduzindo a produção para enfrentar o período”, relata.

“Temos apresentado solicitações ao Mapa [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] para ampliação de nossa capacidade de armazenamento e instalação de armazéns, implantação de dispositivos de previsibilidade de oferta de insumos e outras medidas, como a facilitação da importação de grãos extra-Mercosul”, complementa Santin.

Em contrapartida, no cenário externo, a China ainda representa uma oportunidade para as proteínas animais brasileiras. Segundo análise do chefe do Deral, Salatiel Turra, o Paraná deve se destacar nesse cenário a partir do reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em maio de 2021. “Isso vai abrir muitos mercados para o Paraná”, aponta.

Perdas com cigarrinha do milho serão cobertas pelo Proagro

Decisão é baseada no fato de não haver método difundido de controle da praga nas lavouras



ATUAÇÃO



Os produtores rurais que sofrerem perdas nas lavouras devido às doenças transmitidas pela cigarrinha do milho (*Dalbulus maidis*) terão cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). A decisão foi anunciada pelo Banco Central no dia 13 de abril, por meio do Comunicado 37.014.

“Por regra, o Proagro não cobre perdas por pragas e doenças. Porém, o Manual de Crédito Rural tem um item específico sobre esses riscos que não possuem método de controle difundido. As doenças causadas pela cigarrinha foram enquadradas nesta interpretação pelo Banco Central”, explica Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP.

A nova medida é importante para os produtores de milho, diante do crescimento da incidência de casos da cigarrinha, principalmente no Paraná. O inseto atua como vetor de doenças, causando os chamados “enfazamentos”, além de tombamento e morte

precoce das plantas, que podem levar à redução significativa da produção. Em casos de ataque severo ao milharal, o prejuízo pode chegar a 70%.

Já em vigor, a nova regra passa a valer para os próximos acionamentos de cobertura. Quem teve o pedido de indenização negado, a partir de 1º de julho de 2020, devido às perdas decorrentes de doenças transmitidas pela cigarrinha, passará por revisão e deferimento pelos agentes do Proagro.

A orientação pode ser alterada futuramente, caso sejam desenvolvidos métodos de combate e controle técnica e economicamente efetivos e viáveis da praga.

Combate à cigarrinha

O Sistema FAEP/SENAR-PR tem se debruçado sobre o problema da cigarrinha do milho no Paraná, em busca de soluções para combater a praga e informar os produtores rurais. Apesar de ainda não existir uma forma específica de profilaxia, os produtores devem ficar

atentos ao monitoramento da lavoura para encontrar alternativas de manejo.

Para fomentar essa conscientização, o Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com a Embrapa Milho e Sorgo, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), desenvolveu a cartilha “Manejo da Cigarrinha e Enfazamentos na Cultura do Milho”. O material de caráter orientativo contém uma série de informações sobre o comportamento do inseto no campo, doenças transmitidas, principais formas de identificação e de controle da praga. A cartilha está disponível gratuitamente no site www.sistemafaep.org.br, na seção Serviços.

Além disso, em 2020, o SENAR-PR passou a oferecer o curso “Manejo Integrado de Pragas (MIP) – Milho”, com o objetivo de levar a campo conhecimentos relacionados à identificação de insetos existentes na lavoura, diferenciando as pragas dos seus inimigos naturais.

Eleições na pandemia

A pandemia do novo coronavírus, que exige distanciamento social, impôs um novo desafio aos sindicatos rurais. Como algumas entidades tinham em seus calendários a realização de eleições, foi preciso se preparar para o voto *drive-thru*. Em vários municípios, os associados puderam votar sem sair do carro, garantindo lisura ao processo e segurança à saúde. No dia 20 de abril, o Sindicato Rural de Toledo realizou a sua eleição neste formato.



Restituição Plano Collor

Produtores que tinham financiamento rural com o Banco do Brasil, com saldo devedor em aberto em março de 1990 e fizeram o pagamento, têm direito a restituição de valores de correção monetária cobrados indevidamente. Isso porque, na época, o banco reajustou os saldos devedores em 84,32%, quando o correto seria 41,28%. O Superior Tribunal de Justiça decidiu que essa diferença deve ser devolvida ao produtor rural, com juros e correção monetária. Para saber como pedir a restituição, o produtor pode procurar o sindicato rural local.



FUNDEPEC PR
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/03/2021

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	429,17	-	-	-	-	-	62,95	366,22
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	47.722.194,59	-	2.341.952,64	-	54.361.580,29
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.927.480,71	-	192.156,99	-	17.269.249,54
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.768.160,79	-	-	-	8.592.695,42
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	184.611,18	-	-	-	261.933,96
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	18.081,57	-	-	-	23.920,18
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	232.066,35	-	-	-	316.074,26
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.611,17	4.624.105,00	141.031,00	57.991.276,28	542.225,27	2.675.140,63	77.630,38	80.748.252,44
SALDO LÍQUIDO TOTAL								80.748.252,44

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPEC/PR
CNPJ 01.495.847/0001-57

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

ATIVO	Nota Explic.	2020	2019	2018	PASSIVO	Nota Explic.	2020	2019	2018
Circulante		80.464.835,13	80.249.178,69	76.858.562,26	Circulante		6.625,31	1.201.775,62	1.129.553,96
Caixa e Equivalentes de Caixa		257,12	5.124,02	3.973,08	Obrigações Fiscais	5	6.625,31	11.715,74	14.335,62
Aplicações Financeiras	4	80.464.578,01	79.346.089,53	76.601.428,45	Termo de Cooperação	6	0,00	1.190.059,88	1.115.218,34
Adiantamentos		0,00	807.965,14	253.160,73					
Não Circulante					Patrimônio Líquido	8	80.458.209,82	79.047.403,07	75.729.028,30
Realizável a Longo Prazo					Patrimônio Social		79.047.403,07	75.729.028,30	72.275.136,30
Imobilizado					Superávit do Exercício		1.410.806,75	3.318.374,77	3.453.889,91
TOTAL DO ATIVO		80.464.835,13	80.249.178,69	76.858.562,26	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.464.835,13	80.249.178,69	76.858.562,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

	Nota Explic.	2020	2019	2018
RECEITAS				
Receitas Financeiras	7	1.780.177,48	4.174.401,09	4.357.607,89
Total das Receitas		1.780.177,48	4.174.401,09	4.357.607,89
DESPESAS				
Despesas Financeiras		0,00	0,00	11,70
Despesas Tributárias	7	369.370,73	856.026,32	693.068,28
Despesas com indenizações a Produtores		0,00	0,00	10.638,00
Total das Despesas		369.370,73	856.026,32	903.717,98
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.410.806,75	3.318.374,77	3.453.889,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

	2020	2019	2018
Superávit do exercício	1.410.806,75	3.318.374,77	3.453.889,91
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00	0,00
Total dos resultados abrangentes	1.410.806,75	3.318.374,77	3.453.889,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2017	67.113.129,70	5.162.008,69	72.275.138,39
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social	5.162.008,69	(5.162.008,69)	0,00
Superávit do Exercício		3.453.889,91	3.453.889,91
Em 31 de Dezembro de 2018	72.275.138,39	3.453.889,91	75.729.028,30
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social	3.453.889,91	(3.453.889,91)	0,00
Superávit do Exercício		3.318.374,77	3.318.374,77
Em 31 de Dezembro de 2019	75.729.028,30	3.318.374,77	79.047.403,07
Absorção do Superávit pelo Patrimônio Social	3.318.374,77	(3.318.374,77)	0,00
Superávit do Exercício		1.410.806,75	1.410.806,75
Em 31 de Dezembro de 2020	79.047.403,07	1.410.806,75	80.458.209,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em reais

	2020	2019	2018
Atividades Operacionais			
Superávit do Exercício	1.410.806,75	3.318.374,77	3.453.889,91
Varições nos Ativos e Passivos			
Redução/Aumento em Adiantamentos	897.965,14	(944.784,41)	(253.160,73)
Redução em Obrigações Fiscais	(5.000,43)	(2.619,88)	(1.005,31)
Redução em Obrigações com Terceiros	0,00	0,00	(200,00)
Redução/Aumento Termo de Cooperação	(1.190.059,88)	74.841,54	365.312,84
	(297.185,17)	(572.562,75)	110.926,80
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	1.113.621,58	2.745.812,02	3.564.816,71
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa	1.113.621,58	2.745.812,02	3.564.816,71
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no início do período	79.351.213,55	76.605.401,53	73.040.584,82
Saldo de Caixa e equivalente de caixa no final do período	80.464.835,13	79.351.213,55	76.605.401,53
	1.113.621,58	2.745.812,02	3.564.816,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná - FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território paranaense é uma sociedade sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, constituída por entidades, órgãos e instituições ligadas a agropecuária e a agroindústria.

O FUNDEPEC-PR está inscritado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/PR, sob o número 7.233, do livro A número 4, em 15 de março de 1996.

O FUNDEPEC-PR tem por finalidade atender as necessidades da agropecuária e agroindústria paranaense, visando estudar e coordenar assuntos de interesse dos setores, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito da propriedade, na economia de mercado e nos interesses do país. Seus objetivos estão descritos no artigo 4º de seu estatuto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos, ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Base para preparação
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Representa saldo bancário mantido em instituições financeiras no país, com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

c) Aplicações financeiras
As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do fechamento do balanço, e líquido de imposto de renda retido na fonte.

d) Tributação
O FUNDEPEC-PR, considerado entidade sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, pela legislação tributária brasileira, goza de isenção de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre o superávit apurado, com base no art. 15º da Lei 9.532/97 e art. 184º do RIR/18.

O FUNDEPEC-PR, pessoa jurídica submetida ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, recebe mensalmente o percentual de 4% sobre sua receita com aplicações financeiras, atendendo ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 8426/2015.

e) Obrigações Fiscais
Representa a provisão para recolhimento de tributos sobre o rendimento de aplicações financeiras auferido em dezembro de 2020.

f) Termo de Cooperação
Seu saldo atual representa a conclusão do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, constituído em novembro de 2017. O Fundo de apoio foi criado conforme decisão em reunião do Conselho Deliberativo do FUNDEPEC-PR em 23/10/17 e previa o recolhimento de doações voluntárias do setor privado para investimento na estruturação da defesa sanitária do Estado do Paraná.

g) Apuração do superávit do exercício
O procedimento adotado pelo FUNDEPEC-PR para a apuração do Superávit do exercício social é o regime de competência.

h) Demonstração dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CFC 03 (FG) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Modalidade de Aplicação	2020	2019	2018
BB - Renda Fixa DI Vip	R\$ 45.520.404,79	R\$ 44.793.959,04	R\$ 42.974.751,03
BB - Renda Fixa CP Corpor Agil	R\$ 23.568.894,00	R\$ 23.118.994,81	R\$ 22.128.250,34
CEF - FIC Sigma Ref DI	R\$ 11.356.479,31	R\$ 11.145.283,21	R\$ 10.641.484,68
BB - Conta Poupança	R\$ 0,00	R\$ 207.852,67	R\$ 858.942,40
Total	R\$ 80.464.578,01	R\$ 79.346.089,53	R\$ 76.601.428,45

5. OBRIGAÇÕES FISCAIS
O saldo apresentado no balanço patrimonial refere-se a provisão para recolhimento de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre a receita de aplicação financeira em dezembro de 2020.

6. TERMO DE COOPERAÇÃO
Representa a realização do termo de cooperação do fundo de apoio a estruturação da defesa sanitária firmado entre o FUNDEPEC-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR. O último posto de fiscalização de trânsito agropecuário, situado no município de Campina Grande do Sul/PR, foi entregue em fevereiro de 2020. Os valores dos recebimentos e aplicações dos recursos foram distribuídos da seguinte maneira:

Histórico	Valor Total
Total de doações voluntárias recebidas	R\$ 1.460.355,09
Rendimento de conta poupança	R\$ 77.569,03
Custo para construção de postos de fiscalização de trânsito agropecuário nos municípios de Santa Mariana, Ribeirão Claro e Campina Grande do Sul	(R\$ 1.535.301,42)
Custo de emissão de boletins bancários para recolhimento das doações voluntárias recebidas	(R\$ 1.427,50)
Demais custos para administração do Termo de Cooperação	(R\$ 10.225,20)
Saldo em 31/12/2020	R\$ 0,00

7. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
As receitas e encargos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras estão assim discriminados:

	2020	2019	2018
Rendimento Bruto	R\$ 1.780.177,48	R\$ 4.174.401,09	R\$ 4.357.607,89
Imposto de Renda sobre Rendimentos	(R\$ 296.369,26)	(R\$ 689.026,28)	(R\$ 718.763,95)
COFINS sobre Rendimentos	(R\$ 73.001,47)	(R\$ 166.976,04)	(R\$ 174.304,33)
Rendimento Líquido	R\$ 1.410.806,75	R\$ 3.318.374,77	R\$ 3.453.889,91

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Representa o patrimônio líquido do FUNDEPEC-PR no final dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2020, considerada a transferência do superávit do exercício para o Patrimônio Social, o saldo desta conta é R\$ 80.458.209,82 (R\$ 79.047.403,07 em 2019 e R\$ 75.729.028,30 em 2018).

9. CONTINGÊNCIA E EVENTOS FUTUROS:
Em 31 de dezembro de 2020 não havia operações, contingências e eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos ou quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis futuras.

Agência Meneguetto Presidente do Conselho Deliberativo
Roneli Volpi Diretor Executivo
Simone Maria Schmidt Contadora CO-CRC nº PR 045.388/0-9

Cursos do SENAR-PR para todas as idades

Aos 77 anos, Carlos da Silva se dedica às capacitações para adquirir conhecimento e executar as tarefas na sua propriedade



“A gente não para de aprender”, reflete Carlos Carvalho da Silva, de 77 anos

Aos 77 anos, Carlos Carvalho da Silva tem uma longa história de dedicação ao meio ambiente e à agroecologia. Estudou gestão e educação ambiental e fez vários cursos relacionados ao tema, dentro e fora do Brasil. Morou na Europa por mais de nove anos, entre cidades da Itália, França, Alemanha e Suíça, onde, na maior parte do tempo, trabalhou no setor de administração de bolsas de estudo na Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra.

Ao retornar ao Brasil, não parou. O paranaense passou a dedicar seus dias à produção rural em uma chácara de sistema agroflorestal – implantado por ele mesmo – no município de Antonina, região litorânea do Paraná. Além disso, foi presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), em que promovia cursos do SENAR-PR por meio da então Emater (atual IDR-Paraná), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da agricultura da região e incentivar a profissionalização dos produtores.

Neste período, participou de cursos nas mais diversas áreas: alimentos, artesanato, agricultura orgânica, apicultura, entre outros. “Como presidente do CMDR, além de incentivar os cursos, eu participava, dava apoio e acompanhava todo o aprendizado”, conta Silva.

Após a aposentadoria, Silva passou a dedicar mais tempo à educação. Ele participa dos cursos disponibilizados no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e atua como voluntário em uma comunidade, nas áreas de gestão ambiental e implantação de sistema agroflorestal. Além de continuar aprendendo, passou a utilizar o espaço de sua propriedade em Antonina para a oferta de capacitações e, sempre que possível, para transmitir o conhecimento que adquiriu ao longo dos anos.

“A gente não para de aprender. Então, qualquer curso que a gente faça, é sempre um enriquecimento. E em especial nessa questão relacionada ao meio ambiente e agricultura. Uma agricultura sustentável, sobretudo, uma agricultura que regenera o solo e que tem diversidade. Tudo aquilo que é propício à natureza, dá um bom retorno, sem dúvida”, destaca.

Um dos últimos cursos realizados por Silva foi o de motosserra, do SENAR-PR, para contribuir com as atividades realizadas na chácara. “Eu ainda não havia feito curso nessa área. Tudo que sabia aprendi com vizinhos e colegas. Mas sei como é muito importante ter uma formação mais completa, principalmente com a questão de uso dos EPIs [Equipamento



Motivação do produtor para inovar continua

de Proteção Individual]. A segurança é fundamental na operação dos equipamentos”, avalia.

Em relação à chácara, era um sonho de longa data de Silva, mas que não conseguiria realizar morando na Europa, pois o preço da terra é muito alto. De volta ao Brasil, não teve dúvidas. “Meu pai plantava café, depois passou a ser pecuarista. Então, está nas veias essa vontade de trabalhar com a terra. A gente aprende muito com as plantas. Acho que isso é o que me motiva”, reflete o produtor.

Atualmente, Silva está em processo de transição com a propriedade – vendeu a chácara em Antonina, comprou um lote em Campina Grande do Sul (RMC), e vai dar início às atividades produtivas na região. A escolha foi para ficar mais perto da família e dos recursos da cidade. Além de se dedicar às atividades na chácara, Silva quer aproveitar o tempo livre para explorar outras áreas.

“Eu vou abrir espaço para outras atividades e quero ter um tempo para escrever”, compartilha. “Hoje, com 77 anos, ainda tenho bastante energia para dar continuidade ao que eu faço. Acho que isso deve ser um incentivo para outras pessoas que são aposentadas e que ainda têm disposição para fazer alguma coisa, porque a gente não pode parar”, conclui.

Memória do Campo



Vigilantes do pedágio

Não é de hoje que a FAEP acompanha as concessões da malha rodoviária do Paraná e seus desdobramentos. Desde 1997, quando seis lotes de estradas – em um total de 2,5 mil quilômetros – foram licitados a empresas privadas pelo então governo de Jaime Lerner, a Federação tem se manifestado publicamente, defendendo transparência na gestão dos contratos, preço justo nas tarifas de pedágio e melhorias estruturais, como a duplicação de trechos, implantação de terceira faixa e de vias de acesso.

O tema foi capa de diversas edições do Boletim Informativo, como a 1239, publicada em outubro de 2013. Na ocasião, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, participou de uma das sessões da CPI do Pedágio, instaurada pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), e cobrou as autoridades. “A minha indignação é que se é um negócio público, porque demoramos tanto tempo para termos transparência?”, questionou, na época. Meneguette também defendeu a realização de obras nas rodovias.

Hoje, a FAEP continua atenta ao tema. A licitação das rodovias vence neste ano e o governo federal prepara uma nova concessão à iniciativa privada. Ao lado das outras entidades do G7 e dos deputados paranaenses, a FAEP defende um modelo de licitação sem outorga e que leve em conta uma menor tarifa de pedágio e obras no curto prazo.



GUARAPUAVA

CERQUEIRO

Entre os dias 23 e 25 de fevereiro, o Sindicato Rural de Guarapuava ofertou o curso “Cerqueiro – cercas elétricas”, sob o comando do instrutor Juliano Antunes da Silva. Ao todo foram cinco participantes. O treinamento aconteceu na Fazenda Capão Bonito.



CASCAVEL

BOVINOS DE LEITE

O Sindicato Rural de Cascavel organizou o curso “Produtor de Bovino de leite: manejo e ordenha” no dia 23 de março para seis participantes. O instrutor foi Márcio Guerios.



CASCAVEL

MULHER ATUAL

Iniciou-se no dia 24 de março uma turma de dez alunas do curso “Programa Mulher Atual”. Quem está conduzindo as atividades é a instrutora Fabíola Bocalon Weiss Ferrari, no Sindicato Rural de Cascavel. Os encontros vão até o dia 12 de maio.



ARARUNA

MANEJO DE IRRIGAÇÃO

A instrutora Karina Kalil Caparroz ministrou o treinamento “Trabalhador na operação de sistemas de irrigação – qualidade da água, métodos e manejo de irrigação” para dez pessoas no Sindicato Rural de Araruna. O curso aconteceu entre os dias 6 e 14 de abril e contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Araruna, Secretária de Assistência Social (CRAS) e Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná.



ANDIRÁ

TRABALHO EM ALTURA

Nos dias 22 e 23 de março aconteceu o treinamento de “Trabalho em altura NR 35”, no Sindicato Rural de Andirá, em parceria com a Canagri. Seis pessoas participaram do treinamento aplicado pelo instrutor Ricardo Mori.



ANDIRÁ

BRIGADA DE INCÊNDIO

O Sindicato Rural de Andirá, em parceria com a Canagri, ofereceu o curso de “Brigada de incêndio” para seis participante. O curso aconteceu entre os dias 24 a 26 de março, ministrado pelo instrutor Ricardo Mori.



NOVA LONDRINA

OPERAÇÃO DE DRONES

O instrutor Mauro César Volponi dos Santos ministrou o curso “Agricultura de Precisão – operação de drones” para oito alunos entre os dias 5 a 7 de abril. O treinamento aconteceu no Sindicato Rural de Nova Londrina.



ARAPOTI

OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Arapoti ofereceu o curso “Produtor na olericultura – pragas e inimigos naturais” para nove pessoas. A capacitação aconteceu de 3 de fevereiro até 7 de abril, sob o comando do instrutor Caetano Benassi.

Sindicais

VIA RÁPIDA



Assobiar ou assoviar?

Você já se perguntou qual a maneira correta de falar o divertido barulhinho feito com a boca? Pois então, tanto faz se você fala assoviar ou assobiar, as duas palavras são dicionarizadas. De acordo com o Dicionário Houaiss, assobiar é “emitir assobio, zunir com som agudo, e assoviar é “mesmo que assobiar”.



É um raio, relâmpago ou trovão?

O raio é uma descarga elétrica produzida entre duas nuvens eletrizadas ou entre a terra e as nuvens. O relâmpago é a luz do raio, já o trovão é o som dele.

Leve beija-flor

Os beija-flores são aves pequenas e que alcançam voos extremamente rápidos. Seu tamanho varia em torno de seis a 15 centímetros e seu peso é condizente com sua estrutura, sendo menor que uma moeda de um centavo, que pesa em torno de 2,45 gramas.



Queijo Casu Marzu

Esse queijo é conhecido como o mais perigoso do mundo. Produzido na região da Sardenha, na Itália, a iguaria quer dizer “queijo podre”, no idioma sardo. Este tipo, feito com leite de cabra, é infestado por larvas de mosca em sua maturação, o que faz com que adquira uma textura cremosa e um sabor típico. Quem prova garante que o gosto é inigualável. Mas há registros de casos de infecções extremas.



Pernalonga alérgico à cenoura?

Por mais irônico que pareça, essa é a mais absoluta verdade. Mas estamos falando do dublador do personagem e não do coelho em si. O ator e dublador Mel Blanc, que deu voz ao coelho no seu início, em 1940, era realmente alérgico a cenouras. Blanc também fazia a voz de personagens como Patolino, Frajola, Gaguinho, Ligeirinho, Capitão Caverna, Piu-Piu, entre outros.

O xampu correto

Manuel está tomando banho e grita para Maria:

“Ô Maria, me traz um xampu!”

E Maria lhe entrega o xampu. Logo em seguida, ele grita novamente:

“Ô Maria, me traz outro xampu!”

“Mas eu já te dei um agorinha mesmo, homem!”

“É que aqui está dizendo que é para cabelos secos, e eu já molhei os meus.”



DDD de onde?

O sistema de Discagem Direta à Distância, que vem antes dos números de telefone, começou a ser implantado em meados de 1969. O critério de seleção utilizado para a escolha dos números era o desenvolvimento econômico e populacional de cada região do país. Com isso, São Paulo ficou com o dígito inicial 1, seguido do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com código de número 2, e Minas Gerais sendo o dígito 3. As regiões de Paraná e Santa Catarina possuem o DDD inicial 4.



UMA SIMPLES FOTO





CATÁLOGO INTERATIVO SENAR-PR

O SENAR-PR oferece gratuitamente mais de 300 cursos para capacitar produtores, trabalhadores rurais e familiares nas diversas atividades agropecuárias.

Acesse o Catálogo Interativo no nosso site, canal do YouTube e aplicativo.



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável